



Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 33

27 DE NOVEMBRO DE 2019



SUBCOMISSÃO DA SAÚDE FAZ RECOMENDAÇÕES AO MS



A Subcomissão Permanente da Saúde apresentou o relatório final dos trabalhos dos últimos meses. O deputado Dr. Luizinho (PP-RJ), relator geral, apresentou o documento que contém recomendações tanto para o Ministério da Saúde quanto para o Legislativo. “Foram 18 reuniões entre audiências públicas e temáticas e ainda uma visita técnica à Conep”, informou Carmen Zanotto (Cidadania-SC), presidente da Subcomissão.

Os trabalhos foram divididos em eixos temáticos: 1 - Gestão dos Recursos e Planejamento, com relatoria da Deputada Adriana Ventura (Novo-SP); 2 - Prevenção e Promoção da Saúde, sob relatoria dos deputados Enéas Reis (PSL-MG) e Leandre (PV-PR); 3 - Atenção Básica, com os deputados Pompeu de Matos (PDT-RS) e Soraya Manato (PSL-ES); 4 - Média e Alta Complexidade sob relatoria dos deputados Zacharias Calil (DEM-GO) e Tereza Nelma (PSDB-AL); 5 - Assistência Farmacêutica com relatoria do Dr. Frederico (Patriota-MG) e Pastor Gildenemyr (PNM-MA).

Recomendações ao MS

No eixo 1 o relatório sugeriu fortalecer a atenção primária, mas definir política para a média complexidade; promover planejamento regional integrado; adotar indicadores de qualidade e custo; acelerar implantação da contratualização do cuidado; ampliar registro da produção dos consórcios; desenvolver protocolos clínicos e fornecer

evidências para decisões da justiça.

No eixo 2 foi sugerida a adoção da carteira de vacinação “on line”; campanhas de prevenção na primeira infância e no envelhecimento e estudo sobre a política para cuidadores.

No eixo 3 há recomendação para promover a atuação do enfermeiro; concluir avaliação das habilitações pendentes do setor; ampliar a regionalização, com fortalecimento dos consórcios; e rever prazo de implementação do novo financiamento da atenção básica.

Já no eixo 4 há recomendação para adoção de tetos de financiamento que considerem a produção efetiva; revisão de instrumentos de planejamento, contratualização, regionalização e processos para ampliar acesso nas áreas de diagnóstico do câncer, órteses e próteses, redes de crônicos, cirurgias eletivas, hospitais de pequeno porte, Transporte Fora do Domicílio, cuidados paliativos e Rede de Urgência e Emergência.

Com relação ao eixo 5 o colegiado recomenda desburocratizar a obtenção do Laudo Médico Especializado (LME) para continuação de tratamento com medicamento de alto custo; reavaliar aquisições de medicamentos para prazos mais longos para evitar o desabastecimento; elaborar atas de registros de preços nacionais para aquisição de medicamentos; ampliar a fiscalização e controle sobre o Programa Aqui Tem Farmácia Popular; e adotar medidas para agilizar a dis-

penção e escoamento das insulinas análogas de ação rápida.

A recomendação do colegiado da Subcomissão de Saúde ao Legislativo foi deliberar sobre as 45 proposições prioritários que foram listadas pelos relatores de cada eixo. São projetos que abordam desde agrotóxicos à extensão dos horários dos postos de saúde. “Para nós, ficou evidente a complexidade do sistema de saúde no Brasil que mesmo com todos os desafios tem apresentado valorosos serviços à sociedade”, disse o deputado Dr. Luizinho.

Deliberativa Extraordinária

O colegiado da CSSF se reuniu para analisar projetos de lei. Veja os aprovados na ocasião:

- **PL 9428/17** - relator Pompeu de Mattos (PDT-RS) - que institui o “Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras”;
- **PL 1153/19** - relator Luiz Lima (PSL-RJ) - que altera a Lei Pelé e institui normas gerais sobre desporto;
- **PL 217/19** - relatora Marília Araes (PT-PE) - que assegura ao adolescente apreendido e a seus responsáveis a indicação de advogado ou o envio dos autos para a Defensoria Pública;
- **PL 362/19** - relatora Marília Araes - que estabelece a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave;
- **PL 613/19** - relatora Mariana Carvalho (PSDB-RO) - que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas;
- **PL 1861/19** - relatora Dra. Soraya Manato (PSL-ES) - que dispõe sobre o tratamento fisioterápico por eletroestimulação de pacientes com mielomeningocele no SUS.

COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENORES



Foto: Cláudio Araújo

A deputada Paula Belmonte (Cidadania - DF) presidiu audiência pública na última terça-feira (19) sobre prevenção e combate à pedofilia e ao abuso sexual de menores. “Esse tema é central no meu mandato. Precisamos avançar nessa discussão para criar mecanismos eficientes para proteger nossas crianças.”

Alessandro Barreto, delegado da Polícia Civil do Piauí e coordenador de Operações Cibernéticas falou sobre a Operação Luz na Infância. “Identificamos abusadores de crianças de 2 a 17 anos. São pessoas de diversas classes sociais, presas em flagrante. Médicos, professores, policiais, apo-

sentados, esse crime não tem cara. O foco tem que ser na prevenção, na chamada cyber educação.”

Márcio de Aguiar Ribeiro, procurador do Ministério Público do Trabalho, trouxe dados sobre violência sexual de crianças. “Um pedófilo chega a pagar entre 3 e 4 mil euros para ter acesso em tempo real a sites desta natureza (Interpol). Existem no País mais de 17 mil sites de pedofilia (Polícia Federal). O Disque 100 registrou em 2018 mais de 17 mil atos de violência sexual contra crianças e adolescentes, revelando apenas a ponta desse iceberg.”

André Nova, promotor de Justiça do Ministério Público de Roraima,

falou dos avanços da jurisprudência com relação ao tema. “A presunção de violência é absoluta nesses casos. O STJ entende que não há como flexibilizar o consentimento de crianças a práticas sexuais.”

Leonardo Pauperio, juiz federal e professor de Direito falou da percepção social sobre a pedofilia e a gravidade da violência sexual contra crianças. “Infelizmente tanto no Brasil quanto em outros países, há pessoas trabalhando pela legalização da pedofilia. A Legislação brasileira é categórica e proíbe relação sexual entre adultos e crianças.”

Clayton Bezerra, diretor da Secretaria de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, abordou o tema da prevenção. “Temos projetos e programas que enfrentam os mitos e verdades sobre o abuso a crianças e adolescentes. Porque para a população, por exemplo, abuso sexual não é tão comum. As grandes manchetes da mídia incluem rapto, estupro e morte. A maioria dos casos de abuso não chegam ao conhecimento da população.”

REAÇÕES À VACINA DO HPV NO ACRE

A deputada Jéssica Sales (MDB-AC) organizou debate para avaliar casos de reações adversas à vacina do HPV em adolescentes no estado do Acre. Foram estudados pela USP 12 casos, de meninas e meninos com idade média de 14 anos, todos de Rio Branco, estudantes morando com familiares.

Ana Maranhão, da coordenação geral do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde, falou da importância da vacina. “Está em 98 países do mundo, foi inventada por um australiano e um chinês em 1991 e já foi considerada como a primeira vacina de prevenção ao câncer. O MS incorporou a vacina depois de muitas pesquisas e hoje o público alvo são meninas, meninos e imunodepressivos até 26 anos. É uma vacina constantemente avaliada pela OMS e não há nenhuma contraindicação nem evidência a doenças secundárias.”

José Neto, diretor de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP é integrante da equipe que analisou os casos das 12 meninas do Acre. “Havia queixa de dores de cabeça, convulsões e desmaios.” Renato Marchetti, também da equipe, disse que nem todos os adolescentes apresentaram crises epiléticas durante o estudo. “No resultados da pesquisa não foram encontradas relações entre a vacina e os casos relatados pelos pacientes.” Inah Proença, também da equipe da USP disse que o que acontece é o estresse associado à vacinação.

Mães de meninas também participaram da audiência. Alita da Silva disse que não concorda com o resultado do estudo da USP. “Fomos mal atendidas pela equipe e quando nos foi dado o diagnóstico, saí de lá arrasada. Quero uma segunda avaliação.” Edilene Conceição, mãe de uma me-



Foto: Cláudio Araújo

nina que não fez parte do mapeamento, reclamou. “Se haviam 56 meninas com os mesmos problemas, porque foram só 12 adolescentes analisadas?”

Participaram também dos debates Dilza Ribeiro, representando o Conselho Regional de medicina do Acre e o secretário de Saúde do estado; Renato Kfoury, médico pediatra; Maria Serra, médica pós-graduada em perícia médica e medicina legal pela Santa Casa de São Paulo; e Elcio Machado, médico da Fundação Hospitalar de Minas Gerais.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário
Rubens Carneiro Filho

Edição
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação
Manu Nunes

Diagramação
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Csf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br